

Of. nº 19/2016 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 24 de fevereiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PROCESSO N° 24/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Por meio do presente, encaminhamos à Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 19 , que "ALTERA O ART. 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.422, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1995".

O presente projeto de Lei visa a alteração do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.422, de 01 de fevereiro de 1995, que "DISPÕE A ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", uma vez que o texto atual não contempla as atribuições específicas de cada setor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, bem como não está adequada a realidade fática.

Ademais, o Município busca a equivalência de seus trabalhos de inspeção e fiscalização sanitária através da adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), o qual padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar.

Para o Município aderir ao SISBI-POA, que tem por objetivo harmonizar e padronizar os procedimentos de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal em todo o país, deve-se adequar os procedimentos de inspeção e fiscalização, ficando obrigado a seguir legislação federal, ou dispor de regulamentos equivalentes, reconhecidos pelo MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

A Sua Excelência o Senhor Vereador VALDECIR RUBBO Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Palácio 11 de Outubro Nesta Cidade



Para tanto, é necessário alterar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, criando o Serviço de Inspeção Municipal.

Sendo assim, com o intuito de adequar a legislação a realidade fática, e para que o Município consiga aderir ao SISBI-POA, encaminha-se o incluso Projeto de Lei para análise e deliberação desse Egrégio Poder Legislativo.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, em regime de urgência, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

SUILHERME RECH PASIN Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 19, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA O ART. 7° DA LEI MUNICIPAL N° 2.422, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1995.

Art. 1° Fica alterado o art. 7° da Lei Municipal n° 2.422, de 01 de fevereiro de 1995, que "DISPÕE A ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7° À Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura compete:

l-planejar, promover, fiscalizar e executar políticas e ações de defesa agropecuária e vigilância sanitária animal e vegetal, inspeção, fiscalização e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos, resíduos e insumos agropecuários;

Il-participar na realização de exposições, feiras e eventos;

III-estimular inovações tecnológicas continuadas na produção em todas as etapas das cadeias produtivas;

IV-incentivar a inovação e ao uso de técnicas de produção agropecuária e de tecnologias agroindustriais ambientalmente sustentáveis:

V-estimular aos sistemas de comercialização, organização e padronização da produção agropecuária;

VI-promover, formular, coordenar e implementar políticas de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável preservando a biodiversidade e os agroecossistemas;

VII-formular, coordenar e implementar políticas para agroindústrias familiares, associações e cooperativas;

VIII-desenvolver políticas para o desenvolvimento agrário;

IX-estimular políticas de comercialização, abastecimento e segurança alimentar e nutricional;

X-estimular políticas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, formação e capacitação;

XI-implementar políticas de certificação e selos de qualidade, no âmbito de suas competências.

XII-desenvolver atividades em parceria com outras entidades.

XIII-coordenar o serviços de máquinas terceirizadas no interior do município.



Parágrafo único: A estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura compreende as seguintes unidades administrativas:

I. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

 Unidade responsável por articular as políticas, planejamento, normatização, coordenação, supervisão das atividades agrícolas, desenvolvendo ações engajadas com outros setores para o oferecimento de cursos, projetos e demais ações necessárias aos agricultores.

II. DIVISÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA À PRODUÇÃO RURAL

- Assessoramento técnico especializado a todas as unidades da Secretaria, podendo este abranger as áreas tecnológicas, de comunicação, de planejamento, além de outras, de acordo com as especificidades funcionais que atendam as necessidades da Secretaria;
- Elaboração de pareceres, laudos técnicos, fiscalização, notas técnicas de acordo com a área funcional:
- Organização de palestras técnica, tardes de campo de acordo com a demanda dos agricultores;
- Gerenciamento do Programa Municipal de Desenvolvimento e Qualificação do Meio Rural conforme legislação municipal vigente;
- Ampliação de mercados através da orientação e execução das políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos;
- Execução, orientação, planejamento, prestação de contas do Programa Estadual Troca-Troca de Sementes de Milho:
- Execução, orientação, planejamento, prestação de contas dos Programas de Incentivo a Piscicultura e Apicultura conforme legislação municipal;
- Gerenciamento dos serviços terceirizados de máquinas agrícolas nas propriedades rurais;
- Exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

III. DIVISÃO DE PRODUÇÃO ANIMAL

Unidade responsável pelas ações de defesa sanitária animal e combate a doenças veterinárias ou infectas contagiosas, parasitarias, prestando assistência técnica e orientação aos produtores rurais no que tange as





vacinações necessárias, a produção e reprodução de gado leiteiro, ovinos, suínos e caprinos. A unidade abrange os seguintes departamentos:

• SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL:

Órgão específico singular subordinado ao Secretário de Desenvolvimento da Agricultura do Município de Bento Gonçalves, compete:

- Contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere à inspeção higiênico-sanitária de produtos e subprodutos de origem animal;
- Planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de inspeção higiênico-sanitária de produtos e subprodutos de origem animal, em especial:
- Fiscalização e inspeção de produtos, derivados, subprodutos e resíduos de origem animal;
- ii. Coleta de amostras para análise laboratorial como suporte às ações de inspeção higiênico-sanitária de produtos e subprodutos de origem animal.
- Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do SIM;
- Promover a implantação dos sistemas de gerenciamento do SIM e atualizar a base de dados com informações técnico operacionais e estratégicas;
- Implantar e implementar as ações decorrentes de decisões de organismos e atos de tratados, acordos e convênios com o Estado e União; relativas aos assuntos de sua competência;
- Promover a articulação intra-setorial e intersetorial necessária à execução das atividades de inspeção higiênico-sanitária de produtos e subprodutos de origem animal.

DA ORGANIZAÇÃO DO SIM

O Serviço de Inspeção Municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura-SIM/SMDA, tem a seguinte estrutura:

- Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal, coordenado por Médico Veterinário, nomeado por concurso público.
 - a. Seção de Inspeção de Carnes e Derivados;





- b. Seção de Inspeção de Leite e Derivados, Mel e Produtos Apícolas;
- c. Seção de Inspeção de pescado e derivados;
- d. Seção administrativa.

• AGROINDÚSTRIA E SABOR SELO SABOR DE BENTO:

Unidade responsável pelas ações voltadas para o planejamento da produção, incentivo a participação do produtor em programas e ações governamentais voltados para a ampliação do crédito rural, e que visem a garantir a segurança alimentar, armazenamento dos produtos e planejamento de venda futura em melhores condições de mercado.

IV. DIVISÃO DE GEOLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS

- Elaboração de estudos, projetos e execução das obras relativas à implantação, ampliação ou remodelação das redes de abastecimento de água potável na zona rural do município;
- Fiscalização e conservação dos serviços de abastecimento de água potável na zona rural;
- Acompanhamento de locação e perfuração dos poços, confecção de projetos de rede de água;
- Manutenção, reparo, serviços de urgência, etc.

V. DIVISÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, GESTÃO DE PESSOAL, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- Execução das despesas e pagamentos mediante orientação da unidade administrativa competente;
- Elaboração do Plano Plurianual e o Orçamento Anual de acordo com a legislação vigente, em conjunto com os órgãos próprios da Prefeitura;
- Execução das atividades contábeis e financeiras que lhe sejam delegadas;
- Execução, acompanhamento, registro e controle das dotações orçamentárias e créditos adicionais;
- Gerenciar cadastramento projetos para captação de recursos estaduais e federais, bem como monitorar a publicação de editais, prazos, prestação de contas dos recursos.
- Controle de efetividade para folha de pagamento dos servidores, assim como, controle da concessão de adiantamentos e diárias;
- Controle da freqüência dos servidores terceirizados seus vínculos e encaminhamentos de solicitações de recessos, férias, licenças, afastamentos, direitos, deveres e garantias individuais e sociais;



- Controle da freqüência dos SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS, seus vínculos, recessos, férias, licenças, afastamentos, direitos, deveres e garantias individuais e sociais;
- Exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza;

VI. DIVISÃO DE FEIRAS

- Gerenciamento e controle de cadastro de feirantes e horário de funcionamento das feiras;
- Organização e fiscalização dos espaços ocupados pelos feirantes com isolamento de ruas;
- Levantamento de dados para elaboração de preço médio a ser comercializado na feira:
- Vistoria de boxes, bancas, toldos e demais equipamentos em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciamento, organização e controle de dados referentes aos números de boxes/bancas, feirantes e demais registros necessários ao controle estatístico;
- Exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza

VII. DIVISÃO DE TALÃO DE PRODUTOR RURAL

 Unidade responsável por coordenar as atividades burocráticas relacionadas à comercialização da produção agrícola e emissão de talões de produtor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis.

GUILHERME RECH PASIN Prefeito Municipal

Processo nº. 12.360, de 19.11.2015.